

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 8601-Q/2005 (2.ª série). — Nos termos conjugados dos artigos 137.º e 141.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, e de acordo com os fundamentos constantes da informação n.º 2005/34/DSJ, de 17 de Janeiro de 2005, da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, ratifico a pena de aposentação compulsiva, aplicada pela presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa, em 3 de Dezembro de 2004, a Elisa Maria Milhais Martins, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 7 de Janeiro de 2005, pelo aviso n.º 163/2005.

18 de Fevereiro de 2005. — A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, *Maria da Graça Martins da Silva Carvalho*.

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Despacho (extracto) n.º 8601-R/2005 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 1 de Fevereiro de 2005:

Licenciada Cristina Isabel Pinto de Almeida Bravo, técnica superior de 2.ª classe — autorizada a cessação da nomeação em comissão de serviço extraordinária na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, a partir de 1 de Março de 2005.

10 de Fevereiro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

Aviso n.º 4173-E/2005 (2.ª série). — Vem o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publicar a listagem das empreitadas de obras públicas adjudicadas no ano de 2004:

Tipo de procedimento	Designação da empreitada	Código CPV	Adjudicatário	Nacionalidade do adjudicatário	Prazo	Valor (em euros)
Concursos públicos ...	Empreitada de construção do Edifício Solar XXI.		OBRECOL, S. A.	Portuguesa	365 dias	1 018 483,05
	Empreitada de reposição da impermeabilidade dos edifícios C e D.		INTEMPER, L.ª	Portuguesa	60 dias	214 197,63
<i>Subtotal</i> ...						1 232 680,68
Concursos limitados ...	Empreitada de remodelação instal. ventil. do LAACQ.		Entoar, L.ª	Portuguesa	90 dias	59 309,67
<i>Subtotal</i> ...						59 309,67
Procedimentos por negociação/ajustes directos.	Alteração de rede de tubagem e condutas do edifício G.		Entoar, L.ª	Portuguesa	Imediato	2 528,75
	Construção do parque adjacente aos edifícios G e Solar XXI.		OBRECOL, S. A.	Portuguesa	21 dias	18 292,70
	Alterações em laboratórios do DTIA.		ALVENOBRA, L.ª ...	Portuguesa	30 dias	21 828,73
	Remodelação das instalações AVAC dos laboratórios OGM do DTIA, edifício S.		Entoar, L.ª	Portuguesa	30 dias	23 966,84
	Trabalhos de construção civil no edifício B.		PERT, L.ª	Portuguesa	30 dias	3 951,99
	Remodelação da instalação AVAC no edifício E.		Entoar, L.ª	Portuguesa	3/5 semanas	29 011,01
	Repavimentação do piso no edifício A.		Marq. & Frederi	Portuguesa	20 dias	1 060,59
	Trabalhos de jardinagem		Landscape, L.ª	Portuguesa	Imediata	8 249,32
	Execução de pavimentos exteriores e calçadas.		Rosado & Frazão	Portuguesa	60 dias	4 241,67
	Remodelações no palacete		PERT, L.ª	Portuguesa	30 dias	5 363,93
	Pavimentação de sala de reuniões no edifício E.		Interpares, L.ª	Portuguesa	Imediata	1 190,95
	Forn. instal. detect. incêndio.		DETEL, L.ª	Portuguesa	Imediata	1 530,55
	Execução de divisórias Alfragide.		ITEX, L.ª	Portuguesa	Imediata	1 541,05
	Fornecimento de aplicações de madeira flutuante.		Marques & Fred	Portuguesa	2 dias	1 525,88
	Unidades para rede protec. proj.		Contacto, S. A.	Portuguesa	Imediata	714
	Execução de calçadas e pavimentação.		Rosado & Frazão	Portuguesa	60 dias	29 395,68
Detectores de incêndio no edifício J.		DETEL, L.ª	Portuguesa	Imediata	1 204,11	
Execução de pavimento vinílico.		Marques & Fred	Portuguesa	4 dias	1 321,33	
Alteração de divisórias ...		DETEL, L.ª	Portuguesa	Imediata	1 951,60	
Sistema de detecção de intrusão N.		DETEL, L.ª	Portuguesa	5 dias	4 970,63	

Tipo de procedimento	Designação da empreitada	Código CPV	Adjudicatário	Nacionalidade do adjudicatário	Prazo	Valor (em euros)
	Abertura de vão de porta em parede.		PERT, L. ^{da}	Portuguesa	30 dias	1 194,17
	Execução de pavimento vinílico D.		CORALGA, L. ^{da}	Portuguesa	1 semana	3 800,56
	Execução de rampas para deficientes.		PERT, L. ^{da}	Portuguesa	30 dias	1 309
	Execução de tecto falso . . .		ITEX, L. ^{da}	Portuguesa	Imediata	547,40
	Remodelação de pavimentos.		Marques & Fred	Portuguesa	2 dias	1 145,38
	Reparação do sistema de detecção de incêndios.		DETEL, L. ^{da}	Portuguesa	Imediata	1 498,63
	<i>Subtotal . . .</i>					173 336,45
	<i>Total</i>					1 465 326,80

2 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alcides Rodrigues Pereira*.

Despacho n.º 8601-S/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dos artigos 17.º, 21.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do Decreto-Lei n.º 45/2004, de 3 de Março, do despacho n.º 24 881/2004, do conselho directivo do INETI, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Dezembro de 2004, e do despacho n.º 25 088/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de Dezembro de 2004, subdelego na directora do Departamento de Geologia Marinha, Doutora Fátima Filomena Guedes Abrantes, no director do Departamento de Geologia, Doutor Miguel de Magalhães Ramalho, no director de Laboratório, Prof. Doutor Mário Rui Machado Leite, no director do Departamento de Hidrogeologia, licenciado João Adalberto Teixeira Amaral Brites, no director do Departamento de Geologia Económica, licenciado Luís Martins, no director do Centro de Informação Científica e Técnica (CICT), engenheiro Gabriel Luís, no chefe de divisão de Sondagens, engenheiro Silva Lopes, na chefe de divisão da Gestão da Formação (CEGEF), licenciada Teresa Coelho, na directora do Departamento de Estudos de Estratégia Ambiental (DEEA), também designado por CENDES, licenciada Ana Paula Duarte, no director do Departamento de Biotecnologia (DB), Doutor José Carlos Pereira Roseiro, no director do Departamento de Electrónica (DEL), licenciado António Miguel Campos, no director do Departamento de Energias Renováveis (DER), Doutor António Luís Moura Joyce, no director do Departamento de Modelação e Simulação de Processos (DMS), Doutor Augusto Orlando Lopes de Queiroz Novais, no director do Departamento Optoelectrónica (DOP), licenciado José António Cabrita Freitas, na directora do Departamento de Engenharia Energética e Controlo Ambiental (DEECA), Doutora Isabel Maria P. Aleixo Cabrita, no director do Departamento de Tecnologias das Indústrias Alimentares (DTIA), Doutor Carlos Alberto Nunes dos Santos, na directora do Departamento de Tecnologias das Indústrias Químicas (DTIQ), Doutora Maria João Marcelo Curto, no director do Departamento de Materiais e Tecnologias de Produção (DMTP), licenciado José Miguel Páscoa Figueiredo, no director do Laboratório de Apoio às Actividades Aeroespaciais (LAER), Doutor José Manuel Rebordão, no director do Laboratório de Medidas Eléctricas (LME), licenciado Mário Constanzo Nunes, e na directora do Centro da Informação Técnica para a Indústria (CITI), Doutora Maria Joaquina Candeias Carvalho Barrulas, as competências para, no âmbito da gestão das respectivas actividades e nas situações aplicáveis, exercer os seguintes poderes:

- Autorizar aos que exercem funções no departamento ou laboratório, respectivamente, e sempre que o título jurídico que os vincule o permita, que se desloquem em serviço público, nomeadamente em funções de representação, controlo, acompanhamento, orientação e recolha de elementos de estudo junto dos serviços ou instituições relacionados com as funções que exercem, em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, excluindo o uso de veículo próprio, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e ajudas de custo, nos termos consignados no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, desde que as respectivas despesas estejam devidamente cabimentadas;
- Visar mapas de assiduidade;
- Autorizar a inscrição e participação dos funcionários do departamento ou laboratório em estágios, congressos, reuniões, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram dentro do território nacional, desde

que as respectivas despesas estejam devidamente cabimentadas;

- Efectuar pagamentos até ao montante de € 500 no âmbito do fundo de maneo atribuído;
- Autorizar os funcionários e agentes a comparecer em juízo, quando requisitados nos termos da lei de processo.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da respectiva assinatura.

2 de Março de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Teresa Ponce de Leão*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal

Despacho n.º 8601-T/2005 (2.ª série). — *Delegação e subdelegação de competências.* — Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes conferidos pelo n.º 2 do artigo 29.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, e com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e dos que me foram delegados pelo conselho directivo do Instituto de Solidariedade e Segurança Social através da deliberação n.º 1742/2002, de 24 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 298, de 26 de Dezembro de 2002, e pela deliberação n.º 53/2004, de 13 de Maio, delegeo e subdelego os seguintes poderes no director do Núcleo de Contribuintes do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, licenciado Normano dos Santos Gonçalves:

1 — As seguintes competências genéricas no âmbito do respectivo Núcleo:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas e autorizar a dispensa para amamentação e tratamento ambulatorio, bem como as dispensas para as consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais;

1.3 — Autorizar férias anteriores à saída dos planos de férias e o gozo de férias interpoladas;

1.4 — Autorizar a concessão do período complementar de cinco dias de férias a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

1.5 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos legais aplicáveis, em função de cada regime de trabalho, respectivamente, no caso dos funcionários e agentes da Administração Pública, pela ADSE ou autoridade de saúde e, no caso do pessoal abrangido pelo regime jurídico do contrato individual de trabalho, pelos serviços competentes da segurança social (fiscalização/SVI);

1.6 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e de reembolso de despesas de transporte relativas a deslocações previamente autorizadas pelo director do Centro Distrital;